→ continuação

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Internacional Salgado Filho), conforme previsto no contrato de concessão. As amortizações de juros ocorreram trimestralmente desde 2019 até março de 2022. A partir de abril de 2022 estes pagamentos se tornaram mensais. A amortização do principal iniciou em abril de 2022, conforme especificado no contrato. Conforme definido no contrato, são devidos juros remuneratórios, incidentes sobre o Principal, correspondentes à taxa composta pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE (IPCA), calculada de forma *pro rata temporis*, acrescido da taxa de juros prefixada de 2,98% ao ano mais spread de 2,41% ao ano. Em junho de 2024, devido ao fechamento do aeroporto em razão do alagamento, o BNDES concedeu a suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios sem incidência de encargos moratórios, com capitalização no saldo devedor, pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da parcela de junho de 2024. Em 18 de setembro de 2024, a Companhia celebrou um novo contrato de empréstimo de longo prazo, destinado ao capital de giro, também com o BNDES. Este empréstimo está vinculado ao Programa BNDES Emergencial, que tem como objetivo apoiar o Aeroporto Internacional de Porto Alegre na recuperação de suas atividades operacionais, após as consequências do alagamento ocorrido em maio de 2024. O montante dos juros foi capitalizado trimestralmente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período entre o dia 15 de outubro de 2024 e 15 de outubro de 2025. As parcelas de juros e principal passaram a ser exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de novembro de 2025. No contrato BNDES Emergencial incidem juros remuneratórios sobre o principal à taxa fixa de 7,42% ao ano, calculados de forma *pro rata temporis*. O principal deverá ser amortizado em 48 parcelas mensais e sucessivas, com o primeiro vencimento ocorrido em novembro de 2025 e a última amortização programada para outubro de 2029.

a) Composição da dívida:

	Empréstimo Principal + Juros		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Saldo em 31.12.2024	64.064	1.453.518	1.517.582
Saldo em 31.12.2025	111.378	1.459.589	1.570.967

Banco	Primeira Liberação	Principal 31/12/2025	Vencimento	Encargos
BNDES	28/03/2019	1.439.100	15/11/2038	IPCA TLP + 5,46% a.a.
BNDES Emerg.	07/10/2024	103.101	15/10/2029	7,42% a.a.

b) Composição dos empréstimos de Longo Prazo por ano de vencimento:

2027	2028	2029	2030	2031-2038	Total
112.311	116.976	117.414	100.189	1.012.699	1.459.589

c) Movimento da dívida:	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.333.776**
Captações	100.000
Juros incorridos	138.078
Principal Pago	(24.931)
Pagamento Juros	(29.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.517.582**
Juros incorridos	152.113
Principal Pago	(49.038)
Pagamento Juros	(49.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.570.967**

d) Garantias: Referente ao contrato de financiamento relativo as ampliações e obras de melhoria do aeroporto, foi realizado contrato da cessão fiduciária de direitos recebíveis, penhor de ações e garantia adicional pelo fundo reserva das referidas aplicações vinculadas (Nota 9). Sobre o crédito emergencial tomado em setembro de 2024, foi constituída fiança bancária junto ao Banco Santander, no montante total do contrato, com exigência de manutenção durante toda a sua vigência. e) *Covenants:* Sobre o contrato de financiamento para expansões e melhorias na infraestrutura do aeroporto, quando do atingimento do *Completion* (conclusão físico-financeira do projeto), a Companhia tem a obrigação do cumprimento dos seguintes *Covenants:* O ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) deve se mostrar superior ou igual a 1,3, calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas do último exercício.

$$\textbf{ICSD} = \frac{\text{EBITDA - Pagamento IR/CSLL - Outorga}}{\text{Serviço de Dívida (BNDES + Outros Credores)}}$$

EBITDA = Lucro Operacional antes do resultado financeiro e amortização, excluindo receitas e custos de construção. **Serviço da Dívida:** juros e amortizações pagas de todas as dívidas. **Outorga:** parcela anual devida a título de Contribuição Fixa. Adicionalmente, o Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total deve ser maior ou igual a 20%. Além do monitoramento periódico realizado pela instituição financeira, a Companhia acompanha mensalmente as cláusulas restritivas para ambos os contratos. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025, assim como em 2024, a Companhia está em cumprimento com as respectivas cláusulas. **14. Compromissos com o Poder Concedente:** A obrigação de compromissos financeiros com o Poder Concedente refere-se a uma contribuição fixa e variável. Conforme contrato de concessão, a contribuição variável representa 5% da receita bruta total da Companhia e deve ser paga anualmente no mês de maio do ano subsequente. O pagamento da outorga variável é uma das formas de compensação do reequilíbrio econômico-financeiro. A Companhia projeta não desembolsar valores respectivos a outorga variável até 2029. A contribuição variável referente ao ano de 2023, com vencimento em maio de 2024, ficou suspensa como medida auxiliar no período de alagamento. Em janeiro de 2025 a Companhia realizou a quitação do valor, uma vez que a ANAC reverteu a suspensão do pagamento e requereu a compensação do reequilíbrio econômico-financeiro referente ao COVID com os efeitos retroativos a maio de 2024. A contribuição fixa estava reconhecida no passivo não circulante conforme estabelecido no contrato de concessão. Os pagamentos iniciariam anualmente em agosto de 2023 e terminariam no último ano do contrato de concessão. Entretanto, em dezembro de 2022 a Companhia optou pela antecipação da outorga fixa liquidando assim a totalidade desta obrigação.

	2025	2024
Contribuição Variável	19.281	26.973
Reconstrução	57.559	73.152
Operação BACO	639	715
Compromissos com o poder concedente	**77.479**	**100.840**
Passivo Circulante	77.479	100.840

(a) Reconstrução: A Companhia recebeu em 2024 o valor relacionado à Apólice de seguro de riscos operacionais referente aos danos decorrentes do alagamento no valor incontroverso de R$133.328. Este valor, somado aos valores aprovados pela Medida Cautelar no montante de R$362.022 para fins de reconstrução da infraestrutura aeroportuária e recebidos em sua totalidade após apresentação dos documentos fiscais e comprovação de pagamento, excedeu o valor estimado e provisionado no valor de R$424.411, restando um saldo a devolver de R$73.152 em 31 de dezembro de 2024. Durante o ano de 2025, a Companhia atualizou os valores referentes a reconstrução com base na conclusão da avaliação da necessidade de recuperação das áreas do aeroporto, sendo assim, houve o complemento da provisão no valor de R$15.593, restando o saldo de R$57.559 a devolver em 31 de dezembro de 2025. A forma e a data da devolução aguardam ainda definições referentes ao pleito do reequilíbrio econômico-financeiro do período do alagamento que está em andamento. A contratação do seguro é obrigação da concessão. Uma vez que o ativo não é propriedade da Concessionária e sim bens da União, e ainda por condição contratual, a ANAC consta como cossegurada na apólice de seguro, sendo assim, o valor recebido do seguro compõe parte do ressarcimento para recompor os danos ao patrimônio público e possui o objetivo de reconstrução da infraestrutura. (b) Operação BACO: Devido a geração de receitas superiores aos custos relacionadas as atividades da BACO, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou um crédito no valor de R$639 referente a operação de caráter emergencial. Este valor está registrado no passivo até que haja a formalização do encerramento da operação junto à ANAC. Conforme resolução nº 746, de 20 de maio de 2024, em caso de crédito em favor da operadora, este poderá ser compensado com outras obrigações apuradas, reconhecidas e confessadas junto ao Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC. **Obrigação de Reconstrução:** Após a realização de testes e ensaios para determinar a extensão dos danos causados aos pavimentos da pista e *taxiways*, bem como avaliações das condições das edificações atingidas pelo alagamento, em setembro de 2024 foi constituída a provisão de reconstrução com o valor total estimado da obra de reconstrução no valor de R$424.411. O total realizado da obra até o final de 2025 foi de R$440.034, não havendo mais previsão de novos desembolsos.

Obrigação de Reconstrução	2025	2024
Provisão para reconstrução	440.034	424.411
Reconstrução realizada	(440.034)	(365.222)
Saldo	**–**	**59.189**

15. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social é representado por 763.499.932 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 100% das ações detidas pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide. **b) Reserva Legal:** Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76, ao final do exercício de 2025, foi reconhecida reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado no exercício, destinado a assegurar a integridade do capital. Em 2024, devido ao prejuízo, não houve reconhecimento de Reserva Legal. **c) Dividendo Mínimo e Reserva especial:** O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Em 22 de dezembro de 2025 a Assembleia deliberou a distribuição de dividendos relativo aos montantes em Reserva especial correspondente aos dividendos mínimos retidos e não pagos dos anos anteriores no valor de R$62.662, sendo o pagamento realizado em 16 de janeiro de 2026. Ao final de 2025 a Companhia apurou o valor de R$16.342 como dividendo mínimo, que deverá ser pago até o final de 2026, conforme decisão da Assembleia ocorrida em 29 de janeiro do mesmo ano. **d) Retenção de Lucros:** Em razão dos investimentos para expansão previstos no contrato de concessão, ao final do exercício de 2025, a Companhia realizou a retenção do lucro remanescente no valor de R$49.027, conforme o art. 196 da Lei 6.404/76. Em 2024 valor de R$21.839 foi utilizado para compensar o prejuízo daquele exercício.

16. Receita Operacional Líquida:	2025	2024
Receita bruta - Tarifária	236.114	123.409
Receita bruta - Não Tarifária	149.997	62.606
Impostos sobre receitas	(47.788)	(23.229)
Receita líq. de serv. e cessão de espaço	**338.323**	**162.786**
Receita de construção	70.515	101.720
Total Receita Operacional Líquida	**408.838**	**264.506**

17. Custos e Despesas:	2025	2024
Serviços de terceiros	(45.281)	(38.012)
Pessoal	(52.179)	(48.430)
Conservação e Manutenção	(14.886)	(13.335)
Outorga variável	(19.280)	(8.733)
Amortização e depreciação	(61.893)	(33.924)
Energia Elétrica	(5.910)	(4.764)
Provisão Devedores Duvidosos	(270)	66
Provisões de Contencioso	(2.726)	(2.181)
Gerais e Administrativos	(5.744)	(5.670)
Seguros	(8.946)	(4.108)
Impostos e taxas	(461)	(1.116)
Outros	(1.701)	(3.386)
Custo de construção	(70.515)	(101.720)
	(289.792)	**(265.313)**
Custo dos serviços prestados	(175.206)	(121.935)
Custo de construção	(70.515)	(101.720)
Despesas gerais e administrativas	(44.071)	(41.658)
	(289.792)	**(265.313)**

18. Outras Rec. e Despesas Operacionais:	2025	2024
Recomp. do equilíbrio econômico-financ.	62.701	–
Recuperação de despesas - Reconstrução	(346)	57.219
Outras receitas e despesas	789	(519)
Total	**63.144**	**56.700**

(i) A Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no valor de R$69.092 em 2025, apresentado na Nota 8, está demonstrado líquido de impostos no percentual de 9,25% (PIS e COFINS). (ii) A recuperação de despesas refere-se a parte do valor contemplado pela Medida Cautelar aprovada pela Decisão n° 683 da ANAC. Foi reconhecido o valor de R$63.051 em 2024, conforme Nota 8 e está apresentado líquido dos impostos de PIS e COFINS no percentual de 9,25%.

19. Reultado Financeiro:	2025	2024
Receitas Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	33.314	12.164
Atualização Reequilíbrio	39.890	35.415
Juros ativos e Descontos Obtidos	862	481
Outras receitas financeiras	3.107	2.847
Total	**77.173**	**50.907**
Despesas Financeiras		
Custos sobre empréstimos	(152.113)	(138.078)
Despesas bancárias	(365)	(241)
Outras Despesas Financeiras	(2.792)	(2.892)
Variação Cambial	(301)	205
Total	**(155.571)**	**(141.006)**
Resultado Financeiro	**(78.398)**	**(90.099)**

20. Plano de Pensão: A contribuição para Fundo de Pensão de Previdência Privada é em formato opcional para seus funcionários com base em plano contratual de contribuição definida. Uma vez que estas contribuições são pagas, a Companhia não tem outras obrigações com os participantes do plano. As contribuições constituem despesas quando os serviços que concedem direitos a estes pagamentos são prestados. Em 2025 as despesas de previdência privada equivalem a R$835 (R$173 em 2024) e foram registradas no resultado na rubrica "Despesas com pessoal". **21. Provisões Tributárias, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórias:** A Companhia possui processos de naturezas cível, trabalhista e regulatória envolvendo riscos de perda, classificados pela administração com prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

Prováveis	2025	2024
Regulatórias	98	50
Trabalhistas	146	71
Cíveis	2.453	5.317
	2.697	**5.438**

	Regulatórias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31.12.2023	**84**	**109**	**3.064**	**3.257**
Adições	150	40	1.925	2.115
Reversões	(113)	(69)	(5)	(187)
Pagamentos	(71)	(26)	–	(97)
Atualizações	–	17	333	350
Saldo em 31.12.2024	**50**	**71**	**5.317**	**5.438**
Adições	139	45	2.397	2.581
Reversões	–	(6)	(36)	(42)
Pagamentos	(91)	–	(5.376)	(5.467)
Atualizações	–	36	151	187
Saldo em 31.12.2025	**98**	**146**	**2.453**	**2.697**

A Companhia tem ações de naturezas cível, trabalhista, tributárias e regulatórias envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Possíveis	2025	2024
Tributárias	330	330
Cíveis	32.252	33.406
Regulatórias	105	206
Trabalhistas	1.708	1.543
	34.395	**35.485**

22. Provisão para Passivos Ambientais: Em setembro de 2022 foi homologado acordo assinado entre a Companhia, a TAP&ME Brasil, a TAP Air, o MPRS e a FEPAM, para o fim de encerrar as ações judiciais 5021262-58.2020.8.21.0001 e 5000459-95.2019.8.21.1001, que diziam respeito ao passivo ambiental existente na área então ocupada pela TAP&ME Brasil no Aeroporto de Porto Alegre e outros assuntos relacionados à utilização e entrega da área. O valor envolvido no acordo totalizou R$53.586, sendo que à Companhia foram destinados R$53.266. Ficou, portanto, a Companhia, responsável por executar os serviços de investigação, remediação e monitoramento do dano ambiental nos locais objeto do acordo. A TAP já efetuou o pagamento de R$16.135 e foi realizado um depósito judicial cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 totaliza R$32.319 (R$37.623 em 31 de dezembro de 2024) o qual está sendo levantado na medida da ocorrência das despesas. Atualmente o saldo da provisão se encontra no valor de R$49.762 e o total de desembolso acumulado totaliza R$12.384.

	2025	2024
Saldo no início do exercício	**51.996**	**53.609**
Pagamentos	(4.879)	(4.257)
Atualizações	2.645	2.644
Saldo no fim do exercício	**49.762**	**51.996**

23. Gestão de Risco Financeiro: Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de mercado e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **Risco de mercado:**

Gestão do risco de capital:	2025	2024
Dívida (a)	1.570.967	1.517.581
Caixa, saldos de bancos e aplic. financ. (b)	(299.344)	(346.754)
Dívida líquida	1.271.623	1.170.827
Patrimônio líquido (c)	995.305	1.005.500
Índice de endividamento líquido	1,28	1,16

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal. (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na Nota 13. (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros ao custo amortizado	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	259.903	346.754
Contas a Receber	44.347	28.421
Partes Relacionadas	868	839
Direitos com o Poder Concedente	321.216	297.701
Outros Ativos	2.478	1.465
Aplicações Financeiras Vinculadas	39.441	–
Passivos Financeiros ao custo amortizado	**2025**	**2024**
Fornecedores	21.247	60.394
Empréstimos e Financiamentos	1.570.967	1.517.581
Compromissos com o poder concedente	77.479	100.840
Outros Passivos	7.168	6.633

Gestão de risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e contas a receber em aberto. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento. As perdas de contas a receber foram registradas. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento. Gestão do risco de taxa de juros: Considerando a manutenção de posições de ativos financeiros indexados ao CDI, índice que é normalmente superior à inflação medida pelo IPCA, levando em conta a estrutura de financiamento das operações, a administração entende que seus resultados possuem uma mitigação das variações nas taxas de juros. A taxa de juros do financiamento contratado é composta por spread prefixada, portanto, não está sujeita a variações, mas existe um componente da taxa de juros efetiva que é atualizado pela inflação, medida pelo IPCA, ou seja, pós-fixada. Gestão do risco de taxa de câmbio: A Companhia não possui operações relevantes em moeda estrangeira, portanto não está exposta a incorrer em perdas ou ganhos por causa das flutuações nas taxas de câmbio. Gestão do risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também possuí linhas de crédito junto ao mercado financeiro. A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros. As projeções de inflação que a tesouraria da Fraport Brasil utilizou para projeção abaixo, são com base no histórico e projeções.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2025
Fornecedores	21.247	–	–	–	21.247
Empr. e Financ.	192.587	399.976	389.790	1.777.093	2.759.446
Comp. c/o poder conced.	77.479	–	–	–	77.479
	291.313	399.976	389.790	1.777.093	2.858.172

Análise de Sensibilidade: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras que estão lastreados em CDI (CDB), direitos com o poder concedente e empréstimos com taxas de juros variáveis, atreladas ao IPCA. Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto à variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros. A Companhia teria o seguinte efeito no resultado do exercício:

Impacto na Demonstração do Resultado:

	Indexador	Variação	2025	2024
Empr. e Financ."	IPCA	50bps(i)	17.854	14.290
Aplicações Financeiras	CDI	100bps(i)	2.607	1.200
Direitos c/o poder conced.	IPCA	50bps(i)	1.639	1.393

(i) *Base Points*

24. Lucro líquido por Ação: O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias. A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2025, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

Numerador	2025	2024
Lucro (Prej). do exerc. atribuído aos acionistas	68.809	(21.839)
Denominador (em milhares de ações)	763.500	763.500
Lucro (Prej.) básico e diluído por ação - em R$	0,09	(0,03)

25. Seguros: Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Cobertura	Vigência	Valor segurado
Propriedade	Mar/2025 - Mar/2026	3.033.503
Reparação de danos materiais e corporais a terceiros	Nov/2025 - Nov/2026	3.490.955
Gar. de cumprimento de Contrato de Conc. - ANAC	Jul/2025 - Jul/2027	163.942
Terrorismo	Mar/2025 - Mar/2026	150.000
Resp. Civil aos Adm. e Diretores	Jun/2025 - Jun/2026	60.000
Equipamentos	Ago/2025 - Ago/2026	7.000
Cobertura Frota	Ago/2025 - Ago/2026	(*)
Cobertura Frota - ADM	Mar/2025 - Mar/2026	(*)
	Total	6.905.400

(*) 100% da Tabela FIPE

26. Transações que Não Afetaram o Caixa: A Companhia suspendeu a compensação da outorga variável em 2024, sendo a mesma realizada em janeiro de 2025 no valor de R$18.240 e em maio de 2025 no valor de R$8.732 mediante compensação do valor da outorga variável com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. As aquisições de ativo fixo e não pagos no ano de 2025 foram no valor de R$5.258 (R$13.537 em 2024). **27. Eventos Subsequentes:** Em 16 de janeiro de 2026 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos deliberados em 22 de dezembro de 2025 no valor de R$ 62.662. Adicionalmente, conforme decisão da Assembleia ocorrida em 29 de janeiro de 2026, foi aprovada a distribuição do valor de R$ 16.342 como dividendo mínimo do exercício de 2025, que deverá ser pago até o final de 2026.

Diretoria

Andreea Diana Pal - Presidente
Edgar Nogueira - Vice-Presidente de Operações
Leonardo Carnielle - Vice-Presidente Comercial e de Concessão

Contadora

Eunice Callai Pellegrini Kalikoski - CRC RS 069669/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre**
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 2 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8 "F" RS
Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC n° 1 RS 060571/O-0

Deloitte.